

GUIRAUD, Pierre — **La Grammaire**. Paris, Presses Universitaires de France (Collection *Que sais-je?*, n.º 788), 1961, 124 pp.

Pierre Guiraud, autor de diversos trabalhos de natureza lingüística (1), publica através da conhecida coleção “*Que sais-je?*” êste voluminho sôbre uma das mais antigas ciências humanas, a Gramática.

O trabalho está dividido em cinco capítulos, além da Introdução, em que se estudam o conceito de Gramática (arte de falar e escrever corretamente), de Lingüística (análise sistemática dos elementos constitutivos da língua), e a história sucinta da evolução do pensamento lingüístico desde os escoliastas até os estruturalistas. Dado tratar-se de estudo esquemático, decidiu P. Guiraud focalizar os fatos da língua do ponto de vista das

“trois grandes doctrines qui constituent les trois étapes principales de la pensée linguistique: La langue, instrument de la pensée, est un produit de la pensée. La langue, institution sociale, est un produit de l'histoire. La langue, système de signes, est le produit de sa fonction définie par sa forme” (p. 13).

No capítulo I (*Les sens et la forme*), mostra que o discurso é a um tempo sentido e forma; estuda as formas gramaticais, dividindo-as em formas da palavra (palavras gramaticais, afixos, desinências, alterações da raiz) e forma da frase (ordem das palavras, o acento e a melodia, ligações e “sandhis”, a concordância e a recção). Considera também as categorias gramaticais (espécies gramaticais ou partes do discurso, modalidades — número, gênero, pessoa, tempo e aspecto, modo e voz — e relações sintáticas).

No tocante à delicada questão das categorias gramaticais, prefere o Autor a noção tradicional de partes do discurso (p. 27), definidas segundo o sentido. Dado o tom divulgador dos manuais desta coleção, creio que não teria sido excessivo resenhar brevemente as discussões travadas em tórno da conceituação de categorias gramaticais e de sua classificação.

Quanto ao primeiro ponto, consideram-se categorias gramaticais, num sentido estrito, as classes de palavras (nome, verbo, pronome, etc.), e, num sentido lato, as noções que se exprimem através

(1) — Para esta mesma coleção escreveu *La Stylistique, La Sémantique* (de que há uma tradução para o espanhol publicada pelos Breviários do Fondo de Cultura Económica, México, 1960), *L'Argot, Les Locutions Françaises*.

dos morfemas (gênero, número, caso, etc.) (2). P. Guiraud acolhe ambos os sentidos, reservando ao primeiro o subtítulo de “parties du discours” e ao segundo o de “modalités”.

Quanto ao segundo aspecto da questão, ocupa-se apenas com as classes gramaticais do francês, passando em branco tôda a problemática de sua classificação, levantada, por exemplo, por Viggo Brøndal; como é sabido, o conhecido mestre de Copenhague, após edificar uma teoria sôbre a classificação das classes de palavras, chega a esta conclusão:

“Il n’y a pas une seule classe des mots (abstraction faite des interjections) ni un seul groupe de classes qui se retrouvent partout, comme on le supposait dans l’Antiquité, au Moyen Âge et dans la grammaire du rationalisme. Au contraire, on constate une très grande variabilité” (3).

Um pouco além, assevera Brøndal que essa variabilidade comporta um mínimo de duas classes correlativas e um máximo de quinze classes, segundo sua teoria. Não resta dúvida que seria interessante ver tais questões referidas em obras tão informativas como as que edita a coleção “Que sais-je?” (4).

Cerram o capítulo alguns tentames de definição de Morfologia e Sintaxe, não muito claros (p. 35).

Feitas estas considerações sôbre forma e sentido, o Autor passa a encarar, no capítulo II (Grammaire et Logique) a natureza da indissociabilidade verificada entre sentido e forma. Dividem-se a êste respeito as opiniões: para uns, as categorias lógicas contam com formas gramaticais para exprimi-las; para outros, não há senão relações formais entre os signos. Êstes são os estruturalistas.

Examinando a primeira corrente, P. Guiraud tenta definir uma gramática na qual as formas correspondam às categorias do real (p. 38), e sejam, por assim dizer, um espelho das mesmas, amoldando-se à sua imagem e semelhança (“du point de vue de la grammaire logique le signe est porteur du sens et en dérive” — p. 58). Há que opor, não obstante, um sentido lexicológico (pleno e autêntico), representado pelas palavras nocionais, a um sentido gramatical (sublimado e relacional), representado pelas palavras não nocionais. Um vez que

(2) — Aceitam êste último sentido J. Vendryes — *Le Langage*. Paris, Editions A. Michel, 1950, pág. 106 e J. Perrot — *La Linguistique*. Paris, PUF, 1957, pág. 50.

(3) — Cf. Brøndal, Viggo — *Les Parties du Discours*. Études sur les catégories linguistiques. Trad. franc. de Pierre Naert. Copenhague, Einar Munksgaard, 1948, pág. 172.

(4) — Não tendo embora resenhado as discussões em tôrno da classificação das categorias, o Autor considera êste problema à pág. 48, onde divisa na noção de partes do discurso um valor meramente pedagógico.

estas derivam daquelas, processo a que se chama gramaticalização, conclui-se que a gramática é uma espécie de quintessência do léxico (p. 41).

Consiste a gramaticalização num evoluir de formas autônomas para a condição de instrumentos gramaticais, caracterizados essencialmente por uma dessemantização. Foi o que se deu, por exemplo, com as conjunções e preposições, oriundas de advérbios e substantivos, e com sufixos tais como *-mente*, *-ficar*, etc.

Como ficou assinalado, a gramática fundamentada na lógica vê nas categorias gramaticais (formas) o produto e o reflexo das categorias lógicas (sentido). Guiraud examina êsse pressuposto, concluindo por sua arbitrariedade, pois que um substantivo não designa apenas uma essência, nem tampouco o feminino (gênero gramatical) corresponde sempre a fêmea (gênero lógico), por exemplo (5).

Excluída a exequibibilidade de uma gramática fundamentada na lógica (“on constate encore une fois la fragilité de toute hypothèse qui veut voir dans la grammaire un produit et un reflet directs de la pensée” — p. 50), pois que é impossível casar a variabilidade das formas lingüísticas constatadas com a rigidez dessa mesma lógica, pensou-se naturalmente numa gramática psicológica, que justificasse aquela variabilidade pela riqueza, profundidade e diversidade do intelecto.

Alinham-se então os autores ligados a essas tendências, divididos em dois grupos: os do esplendor da gramática lógica (Ferdinand Brunot, J. Damourette e E. Pichon) e os do neo-racionalismo (M. Regula, Galichet, G.. Guillaume).

No capítulo III são focalizados os processos da gramática estruturalista, radicalmente contrários aos postulados da gramática logicista. De fato, para os adeptos de Saussure, a linguagem tem uma função e uma forma, estabelecendo-se entre êsses dados relações de interdependência de tal sorte que um não sobreleve ao outro. Sente-se apenas que não é o sentido o determinante da forma gramatical (ponto de vista lógico), antes à forma é dada a possibilidade de, até mesmo, condicionar o sentido:

“Et n'est-il pas permis de penser que loin que la langue soit un produit de la logique, c'est notre logique qui dérive de la forme de notre langue” (6).

(5) — Todos êsses argumentos contra a gramática lógica são analisados por Eugênio Coseriu em sua excelente síntese “Logicismo e Antilogicismo em Gramática”, in *Rev. Brasileira de Filologia*, dezembro de 1956, vol. 2, tomo II, 223-244.

(6) — Cf. pág. 52. Esta é, aliás, a pedra de toque da corrente lingüística americana dedicada aos estudos das relações entre a cultura e a língua: “As

Esse condicionamento é exemplificado mediante a transcrição da página em que A. Martinet justifica o gênero de palavras como *terra* (pp. 59-61).

A língua é um sistema estruturado por formas de que cada signo deriva sua função. Esse valor funcional dos signos define a economia do sistema e desempenha um grande papel em seu funcionamento e em sua evolução (p. 69); acrescente-se que o próprio sentido dos signos depende da estrutura do sistema ao qual pertença.

Considera, a seguir, o **sentido** do ângulo da **langue** e da **parole**, para condenar os estruturalistas radicais que se recusam a ver na língua outra coisa que não um sistema de valores formais, menosprezando o **sentido** (p. 77). O capítulo vem encerrado justamente pelos autores de gramáticas estruturais, repartidos em dois grupos: os que continuam apegados às significações, conforme a gramática tradicional (C. de Boer, G. Gougenheim e H. Frei), e os que adotam um ponto de vista puramente formal, como Knud Togeby, que “s’abstient rigoureusement d’appuyer ces définitions sur le sens, considérant la langue comme un jeu de purs rapports formels” — p. 80. São ainda estudados R. L. Wagner e A. Martinet, mas omite-se Alarcos Llorach, sobre o qual gostaria de ver tecidas algumas considerações.

Dando um balanço à contribuição dos estruturalistas, P. Guiraud acentua o exclusivismo com que essa orientação se ocupa dos sons, e o tom preambular de suas atividades, ainda muito baseadas em hipóteses e muito voltadas à crítica dos adversários (p. 81).

Examina-se no capítulo seguinte (Grammaire et Evolution) o ponto de vista historicista e o estruturalista respeitantes à questão da evolução lingüística. A gramática histórica explica-a através de “leis” fonéticas, morfológicas e semânticas, dotadas de mecanismos próprios e controladas, num nível subjacente, pela razão. O estruturalismo opõe, inicialmente, a língua em função à língua em evolução (sincronia/diacronia); como a língua é um sistema coerente, qualquer alteração em um de seus componentes comunica-se prontamente aos mais, processando-se um reajuste: assim, a evolução é condicionada pela estrutura e sua função (p. 85).

Objeta P. Guiraud que, não tendo o falante consciência da estrutura do sistema (p. 87), a evolução passa a depender de outros elementos:

publicações de Whorf têm sido de dez anos para cá tema de muitos debates, que procuram determinar até que grau as categorias de uma língua interferem na visão do universo por parte do povo que a fala”. Cf. Kenneth L. Pike — “As correntes da lingüística norte-americana”, in *Rev. Bras. de Fil.*, n.º cit., pág. 213.

“Il apparaît donc que l'évolution est commandée à la fois par des causes internes, c'est-à-dire qui ont leur origine dans la langue elle-même, dans le système, dans sa structure et le jeu des oppositions qu'elle présente; et par des causes externes (extérieures au système) dont les une sont immédiates se situant dans la parole, dans les emplois au cours desquels les signes s'usent, s'altèrent dans leur substance phonique et se transforment dans leur substance sémantique; les autres sont des causes externes médiatees ayant leur source dans la pensée utilisatrice de la langue, responsable des combinaisons qu'elle réalise dans la parole; par ailleurs, à un second niveau des causes médiatees on trouve l'histoire (sociale, politique, ethnique, etc.), d'où la pensée tire sa forme” (p. 86).

Exemplifica-se êsse princípio através da análise da evolução do pronome e do artigo (pp. 89-101). Para concluir o capítulo, P. Guiraud faz uma análise das relações entre a língua e a coletividade, mostrando os perigos e a fatuidade de uma sociologia e de uma psicologia da linguagem (p. 106).

O capítulo final é a consideração da gramática do ponto de vista do gramático, pôsto que até aqui se levou em consideração o dos lingüistas. Fala da gramática normativa que focaliza os meios de expressão não por êles mesmos, senão em função da comunidade de que dela se serve e resume os critérios que conduzem a gramática à prescrição da **norma**: razões políticas e sociais (constatação da existência de camadas lingüísticas), a autoridade dos bons escritores, o sentido e a etimologia (que justificam ou invalidam os torneios da linguagem) e a eficácia da forma aconselhada.

Concluindo, pode-se dizer que **La Grammaire** de P. Guiraud é obra que prestará bom serviço a quantos se iniciam no estudo do atributo humano mais notável: a linguagem.

ATALIBA T. DE CASTILHO

MAGNO, Lúcia M. dos Santos — **Áreas lexicais em Portugal e na Itália**. (Separata da Revista Portuguesa de Filologia, vol. XI, 1961). Coimbra, 1961, pp. 76 + 33 mapas.

Foi com satisfação que li o trabalho em epígrafe, e devo afirmar desde logo que também fiquei um tanto perplexo diante dos resultados a que a Autora chegou, que parecem excluir a hipótese de ter havido “quaisquer relações precisas entre determinadas zonas italianas e outras peninsulares” (p. 69), atribuindo as diferenças lexicais entre as duas línguas “à época da romanização e à posição geográfica, e conseqüentemente lingüística, da Península Ibérica dentro da România” (p. 69).

Está fora de dúvida que a romanização da península ibérica — a partir de 218 a. C. — fêz-se através de colonizadores oriundos

de tôdas as partes da Itália, incluindo certamente fortes contingentes de oscos e umbros, povos há longa data conquistados. Êste fato, por si só levaria — como me levou — a pensar que algumas influências osco-umbros deveriam ter permanecido na Ibéria, como resultado direto de contacto entre povos da Itália centro-meridional com povos ibéricos. O assunto tem dado origem a inúmeras discussões e controvérsias, que não me parece útil lembrar aqui. Entretanto, para os que desejarem ter uma visão global e segura do problema osco-umbro, será de grande proveito a consulta à obra de Baldinger (1), de quem apenas quero citar êste trecho: “Opinamos con Rohlfis que es posible suponer una fuerte participación de colonos procedentes de Italia del Sur, pero las consecuencias de este hecho no están aún probadas. Los elementos de léxico aducidos no coinciden geográficamente con los fonéticos; nunca se insistirá bastante en que la historia de su desarrollo es individual y que, por ello, necesita de investigaciones particulares.” (op. cit., p. 100).

Mas, voltando ao trabalho, nota-se desde o início uma qualidade primacial: a segurança com a Autora trata os problemas que se põs a estudar, e com que redige as conclusões do seu trabalho.

Valendo-se dos dados fornecidos pelo Sprach- und Sachatlas Italiens und der Südschweiz (AIS) para o estudo da dialetologia italiana, e pelo Inquérito Lingüístico Boléo (ILB) para a portuguesa, analisa exaustivamente cinco palavras pertencentes a diferentes domínios semânticos (a ervilha, o fermento, a galinha, a manjedoura, pus ou matéria), mostrando sua procedência, as áreas de fixação e as variantes dialetais que ocorrem em Portugal e na Itália. Para isso, acompanham o trabalho 33 mapas extraídos do AIS e do ILB, que esquematizam visualmente as áreas abrangidas por aquelas palavras-base, seus derivados e suas variantes, além de outros têrmos, portugueses e italianos, correntes na linguagem cotidiana.

Poucos reparos poderiam ser feitos ao tratamento dos fatos apontados, e tais que de forma alguma viriam desmerecer o brilho do trabalho. Tentarei trazer, aqui e acolá, alguma contribuição, alguns esclarecimentos que, acredito, terão ocorrido também à Autora, que apenas os terá omitido por serem meramente acessórios.

Encontramos, assim, na página 46, o seguinte: “**sangue martchado** (certamente por “sangue manchado”), em Malcata, concelho de Sabugal, distrito da Guarda”, expressão empregada para designar o pus. A explicação que a Autora dá não me parece plenamente con-

(1) — Kurt Baldinger — *La formación de los dominios lingüísticos en la península ibérica*. Trad. castelhana, Madrid, Editorial Gredos, 1963. (Ver principalmente o capítulo 5 e a excelente *Bibliografía*).

vincente, quer por motivos fonéticos, quer por motivos semânticos: com efeito, parece-me forçar um tanto a imaginação ver no adjetivo **manchado** o equivalente a “desbotado, descorado, deteriorado”. Não seria preciso procurar uma possível influência do italiano, pela qual seria facilmente admissível a formação do particípio **marcito**, apodrecido, a partir do substantivo **marcia**; poder-se-ia recorrer a uma influência castelhana, através do termo **marchito**, podre, e que Corominas, excluindo a hipótese de um empréstimo do italiano, admite como sendo “voz mozárabe, generalizada a todo el castellano” (2). Se assim fôsse, teríamos então um fenômeno bastante comum: a inclusão de um particípio em -ito na conjugação mais viva e popular, a primeira; desta forma, “sangue marchado” equivalendo a sangue apodrecido, traduziria melhor a realidade. Esta é, longe de ser uma explicação, apenas uma hipótese que precisaria ter confirmação para ser aceita, e que aqui deixo na esperança de que a venha a ter.

Na página 47 lê-se: “...encontramos um termo estranho: **maganagem**, que só aparece nos dicionários como um derivado do adjetivo “magano”, o que não explica muito bem o uso presente”. Talvez fôsse mais exato dizer que deriva do substantivo **maganaz**, evidentemente relacionado a **magano**, e que designa no Alentejo o furúnculo ou tumor. E por que não ver aqui com Corominas uma relação com o italiano **magagna**, que significa defeito, tara, mal?

Ainda na mesma página regista-se como inexplicado, entre outros, o termo **broça**, e que podemos desde logo ligar aos derivados do adjetivo **porco**. Com efeito, o português **broça** e o espanhol **broza**, oriundos, segundo Corominas, de um termo talvez prerromânico, possivelmente celta, significaria originariamente urze, e também despojos de plantas, detritos vegetais, etc., passando a designar comida para porcos feita de uma mistura de ingredientes, e, por extensão, porcaria.

E finalmente, poderia observar que em grande parte da Itália Central é corrente atualmente o vocábulo **marcio**, que em certas regiões, na Toscana principalmente, suplantou quase por completo **marcia**; suponho tratar-se da redução ao simples determinativo, substantivado, da expressão **sangue marcio**.

Poderia ainda opor algumas objeções a certos mapas do AIS que às vezes não revelam com absoluta fidelidade a extensão de determinados fatos; assim, por exemplo, o mapa 31 regista a expressão **un mestiere**, significando “difícil”, como abrangendo quase tôda a parte central da Itália; entretanto, em certas regiões — Pisa, por

(2) — J. Corominas — *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. 4 vols., Berna, Ed. Francke, (1954), s. v. **marchito**.

exemplo —, a expressão é praticamente desconhecida, lá se empregando, em lugar de *mestiere*, a palavra *lavoro*, quer sòzinha, quer acompanhada de um determinativo ou modificada por sufixos aumentativos ou pejorativos — *lavorone*, *lavoraccio*, etc.

Evidentemente, em nada isto afeta o trabalho da Autora, que se valeu de dados que, por sua própria natureza, não podem ser perfeitos porque mutáveis ao sabor das mais variadas circunstâncias; e a afirmação contida na página 12 — “As áreas lexicais são uma realidade fugidia, por vêzes mesmo enganadora. E não pode haver leis inflexíveis em fenômenos desta natureza.” — é uma das poucas verdades realmente inabaláveis e indiscutíveis da filologia.

Com relação à Sardenha, observa a Autora que “às vêzes a vemos concordar, no todo ou em parte, com a Toscana” (p. 54). Creio que o fato é normal: os mapas mostram que é sempre a parte setentrional da ilha a concordar com a Toscana; isto é significativo, porque foi exatamente lá — no sassarês, no logudorês e no galurês — que mais se exerceu, e mais estavelmente, o domínio pisano, desde o comêço do século XI até meados do século XIV; mais de três séculos, portanto, que não podiam deixar de refletir-se de algum modo no domínio lexical do sardo.

Nas conclusões referentes à Itália, o Norte é apresentado como possuidor de uma extraordinária riqueza dialetal, o Centro como inovador, e o Sul como conservador; nas referentes a Portugal, reconhece a Autora também três zonas mais ou menos diferenciadas, e caracterizadas pela existência de poderosos centros de irradiação lingüística: o Norte litoral, o Norte interior, e o Sul. Ainda com relação a Portugal, não existe aqui aquela variedade dialetal característica da Itália, como poderia parecer à primeira vista dada a extraordinária abundância de têrmos provenientes de camadas sociais e, portanto, de meios lingüísticos diferentes; há, pois, “riqueza lingüística, mas não riqueza dialetal” (p. 53).

A respeito das supostas relações entre os dois países, além do que já foi apontado no início desta resenha, conclui a Autora por assinalar muito bem que existem coincidências lexicais entre Portugal e algumas áreas italianas, que de comum têm o fato de serem áreas laterais, afastadas dos grandes centros de irradiação lingüística; assim Portugal, por razões puramente cronológicas e geográficas, constitui uma área ao mesmo tempo conservadora e inovadora dentro do quadro das línguas românicas.

Em resumo, um trabalho interessante e original, que me fêz pensar, entre outras coisas, sôbre a utilidade da elaboração de um Atlas lingüístico do Brasil: ninguém esperaria certamente que êle revelasse a existência aqui de dialetos, mas poderia mostrar, isto

sim, uma considerável variedade lexical, que seria de grande proveito para os estudos lingüísticos de nossa terra.

ENZO DEL CARRATORE

THEODOR, Erwin — **A Língua Alemã**. São Paulo, Editôra Herder, 1963, 434 pp.

Sob êste título bastante promissor, acaba de aparecer nas livrarias um nôvo livro de Lingüística interessante. O autor é Erwin Theodor Rosenthal, um dos professôres des Língua e Literatura Alemã na Universidade de São Paulo. Oferece neste livro uma introdução à língua alemã, em português, que se destina, “principalmente, aos estudiosos do Alemão, que disponham de bons conhecimentos do idioma atual, desejando atribuir-lhes perspectivas de futuras pesquisas. Além disso, pretende oferecer subsídios relevantes aos lingüistas em geral”, como diz no prefácio.

Linhas mais adiante o autor descreve o valor e o caráter do seu livro, falando de um “mérito” pretendido nesta forma: “Incentivar os germanistas e os estudantes de Germanística de língua portuguesa a estudos mais aprofundados e trabalhos mais numerosos em seu campo de especialização, preenchendo assim uma lacuna muito sensível no intercâmbio cultural entre as nações de língua portuguesa e alemã”. O livro tem a seguinte disposição:

- Capítulo I — Origens da língua, págs. 1-51.
- Capítulo II — O antigo alemão, págs. 52-132.
- Capítulo III — O médio alemão, págs. 133-227.
- Capítulo IV — Período transitório, págs. 228-257.
- Capítulo V — Alemão moderno, págs. 258-315.
- Capítulo VI — Formação de palavras, págs. 316-334.
- Capítulo VII — Sintaxe do alemão moderno, págs. 335-425.
- Bibliografia, págs. 426-434.

Acrescentemos aqui que o livro em discussão é muito louvado através dos nossos jornais e chamado extraordinário, exemplar e pioneiro. E' esta, evidentemente, uma valorização muito impulsiva e amistosa, mas exagerada e bastante sumária.

Pois já à primeira vista estranha que a disposição do livro não contenha, por exemplo, como devia conter um livro dêstes, completo, no mínimo índices especiais, falta que nos tem de ocupar ainda mais adiante. Por certo a disposição em geral contém o necessário. Com a flexibilidade e atividade do autor, de que fazem prova seus outros livros relacionados no começo desta obra, foram colecionados através da literatura científica existente os fatos essenciais para informar os leitores. Um trabalho imenso e responsável

feito no lugar, isto quer dizer, na Alemanha mesma, e com tóda a possibilidade de se informar imediatamente, graças a um generoso estágio oferecido pela Fundação Humboldt e graças à colaboração estreita da Universidade de Tübingen. Não há nada de profundamente nôvo, como foi provavelmente a intenção do autor, embora o livro possa ser útil na forma como apareceu. Os dois mapas que acompanham o texto (também êles em outro lugar já publicados) podem bem apoiar uma leitura proveitosa. O que, na nossa opinião, podia acentuar a utilidade do livro seria ter oferecido as diversas citações não dentro do texto, mas sim como anotações ou no fim dos capítulos ou trechos respectivos, pois o texto ganharia, desta forma, ainda mais clareza e fluência.

Sôbre diversos pontos se poderia discutir, como se pode discutir sôbre qualquer livro tão promissor e nôvo no assunto. Mas não é conveniente relacionar aqui êsses pontos, pois o trabalho feito merece em si os reconhecimentos, reconhecendo o esforço construtivo que pode incrementar, sem dúvida alguma, os estudos de alemão em nosso país e especialmente nas nossas universidades. Nós acreditamos, ao contrário do autor, que com essa finalidade o livro será mais importante para os interessados possuidores de conhecimentos médios de alemão do que para os já muito e bastante adiantados, pois êstes últimos têm mais possibilidades de entrar em contacto com os livros referentes a êste assunto escritos em alemão.

Mas o que não pode ser silenciado, e já foi mencionado, é a falta de índices não ocasionalmente usados nas obras científicas ou, como esta, dedicadas a estudos científicos. Cada especialista sabe que um índice científico presta muito mais serviço do que, por exemplo, uma bibliografia, mas um autor que mesmo e acentuadamente quisesse dar ao seu livro uma tal alta finalidade não devia ter evitado mais êste trabalho. Sem êsses índices, infelizmente, êste livro não é mais do que um simples resumo e quase uma compilação só, mas não exatamente um livro adaptável e completo para o uso destinado. Nós queríamos desejar que numa segunda edição o autor completasse esta lacuna e assim oferecesse um livro facilmente manuseável. Isso especialmente porque a bibliografia junta da sem dúvida é útil, mas, na maioria dos casos, é simplesmente illusória. Ou faltam na maioria os livros citados nas nossas bibliotecas, ou são freqüentemente inacessíveis por causa da sua maior especialização da língua do ramo para os nossos estudantes. Só numa pequena parcela dos casos será possível tirar proveito direto dessa bibliografia, enquanto os índices em falta podiam possibilitar a entrada nos assuntos mais especiais nesta introdução da língua portuguesa.

No nosso caso, é bastante e realmente lamentável que o livro não contenha bastantes “ilustrações”. Ter-se-ia desejado que, no mínimo para o alemão antigo e o médio alemão, fôsem juntados uns mais exemplos característicos, talvez à custa de muitos pormenores dêste livro que realmente não parecem absolutamente necessários para uma tal introdução.

Também neste sentido podia uma segunda edição melhorar muito. Pergunta-se se não seria recomendável nesta futura segunda edição, no interesse dêstes e outros melhoramentos, separar o livro e editá-lo em dois volumes dos quais o primeiro podia conter apenas a história da língua alemã com bastantes exemplos documentais e o segundo volume as propriedades e as características da própria estrutura desta língua.

Nós observamos que até na literatura científica ou científico-popular da Alemanha de hoje existe a tendência para separar em assuntos mais determinados a matéria total e talvez pudesse, no caso, trazer boas sugestões aquela coleção de Göschen na qual apareceram livrinhos particularmente interessantes, excelentes e de alto nível como Krahe, *Germanische Sprachwissenschaft* (Band 238) e Schirmer-Mitzka, *Deutsche Wortkunde* (Band 929).

Mas para resumir: o livro de Erwin Theodor representa sem dúvida uma tentativa primeira que merece o nosso reconhecimento e o nosso agradecimento, mas que, infelizmente, ainda está incompleta demais para realmente resolver o problema, isto quer dizer, para oferecer, aos nossos estudos mais especializados, um instrumento definitivo e suficiente.

HERIBERT J. BELL

FERREIRA, Vergílio — *Apêlo da Noite*, Lisboa, Portugália Editôra, 1963, 259 pp.

Volta Vergílio Ferreira com um romance iniciado há longo tempo atrás, cêrca de treze anos, e que agora é lançado ao público. Trata-se de *Apêlo da Noite*, obra com certas características dos começos do romancista. Não apresenta ainda maior destaque o elemento, a nosso ver, fôrça-motriz do romance de V. F., consubstanciada na comunhão humana, busca de uma razão maior para explicar o sentido da vida, que temos, por exemplo, em *Aparição* e marcadamente em *Estrêla Polar*.

Em primeiro lugar a preocupação com o político-social nos põe diante da relação homem-sociedade, isto é, nesta altura nós temos o que se poderia chamar de extroversão de onde V. F. caminhará para

a introversão, superando e aprofundando os tѐrmos existenciais de seu romance.

Alguns elementos de interѐsse aparecem e seriam conservados na produção posterior do artista, tais como a presença de dois planos, um o da atualidade, outro, o da memória, interferindo-se, explicando-se, mostrando que o passado tem muito a ver com o presente, ęste mergulhado naquele, num processo de continuidade do homem. Aqui contudo surge ainda um problema fundamental e bastante atual, talvez o cerne de **Apęlo da Noite**, qual seja a neutralidade e a busca de Adriano, a principal figura, de super-la, resolvendo assim sua vida, atravęs da busca da realização constante de um ideal, com o sacrifício final do herói e a sensação de que muito pouco foi conseguido.

O drama de Adriano se pęe em dois campos: luta consigo mesmo, linha que será aprofundada em **Aparição e Estręla Polar** e a busca da solução do problema político-social, que resulta inglória; assim ę que tda uma inquietação leva Adriano a agir, a lutar por algo que lhe parece merecedor de fę, consubstanciando, ao mesmo tempo, uma crítica às criaturas que o cercam e não o compreendem e ao *statu quo* social, imolando-se em relação aos dois.

Ainda aqui a atmosfera ę pesada, não ocorrendo qualquer momento em que haja amenização do drama vivido por Adriano, que não se aceita vivendo em neutralidade, pois que tudo o que leva à ao participante, seja atravęs da obra literária, daí o fato de Adriano ser um romancista, um intelectual, seja atravęs da projeção social dos problemas, unindo-se a uma série de figuras, vivendo o mesmo problema, embora sem a autenticidade com que o faz Adriano.

Veja-se a propósito, por ironia do destino, que ęste vem a ter o mesmo fim trágico de Tlio, personagem de seu romance **Viagem sem Regresso**, que aliás tambęm nada consegue realizar, embora a verdadeira coeręncia de suas idęias com suas aoes.

Ainda mais, conservando aquela atmosfera de romance sombrio, **Apęlo da Noite** vem confirmar ainda mais uma vez a angústia, uma das facętas mais marcantes da criatura virgiliana.

Adriano e seus companheiros constituem, portanto, o elemento de revolta contra um estado de coisas e cada um reage a seu modo contra a situação, mas o único que d autenticidade às suas aoes ę mesmo Adriano, que aparece como protagonista nos dois citados planos de narração, o da memória e o da atualidade, buscando realizar-se em tѐrmos vivenciais na atitude para consigo mesmo e nas atitudes para com o social. Romance portanto compromissado, não parece estar em **Apęlo da Noite**, aquilo que de melhor realizou Vergílio Ferreira, bastando comparar-se com **Aparição e Estręla Polar**, onde, dando maior ęnfase ao problema específico do homem para consigo

projeção exterior de seu ser, daí sua movimentação constante, sua busca permanente em direção ao ideal.

Especialmente a fuga à realidade confere a Adriano um valor maior nesta busca de um equacionamento maior do problema humano. Veja-se, por exemplo, a sinceridade com que o herói se põe a pensar e dramatizar o sofrimento humano, jamais caindo num sentimentalismo vazio, daí sua autenticidade, sua validade como figura humana e como personagem de ficção.

Tôda esta luta de Adriano, por outro lado, se transfere para o problema do amor com relação a Rute, talvez a única criatura que realmente busca entendê-lo na sua inquietação com relação à vida em que seus atos é que explicam e ainda ampliam as idéias e as impressões que se possam ter das coisas.

Consegue o herói assim superar a neutralidade, através da busca de concretizar em atos as suas idéias, resolvendo-se num sentido existencial o seu processo de vida.

Com **Apêlo da Noite**, não obstante a preocupação com o político-social, V. F. consegue realizar um romance de méritos, que o afirma ainda mais como uma das maiores expressões literárias da atualidade portuguesa.

JOÃO DÉCIO

MIGUEIS, José Rodrigues — **Gente de Terceira Classe**, Lisboa, Editorial, Estúdios Côr, 1962, 253 pp.

O autor de **A Escola do Paraíso** reúne aqui algumas histórias em que podemos observar mais uma vez dois elementos importantes: de um lado a preocupação do psicológico, nesta adesão que o autor estabelece relativamente aos problemas do ser humano; de outro, o desejo de situar o drama da criatura dando-lhe extensão social.

Isto se observa porque para Rodrigues Miguéis parece ser impossível a colocação do elemento social sem a participação do artista nêle, participação integral, íntima, o que se verifica mesmo na observação de certas particularidades na linguagem, como é o caso da mulher madeirense, na primeira narrativa do livro que leva o mesmo nome da obra, "Gente de Terceira Classe".

Avultam como personagens das histórias, criaturas humildes, esquecidas pela vida e lembradas pelo contista, nesta identificação sempre presente no levantamento dos dramas, num verdadeiro processo de transferência no sentido de personagem para autor.

A atmosfera em geral é sombria a justificar ainda mais a nota dominante relativa às ações das várias personagens, com alguns momentos em que o pitoresco, o cômico, por exemplo em "Silvestre, os

seus amores”, em que não falta também a penetração no íntimo da personagem, ao colocar-se a completa frustração da vida de Silvestre, ao destruir a pessoa que encarnara todo o sentido de sua vida (o agravante do drama é a inconsciência do homem para com o problema).

Note-se que tais momentos de leveza, de comicidade, embora pouco presentes, não destoam e não predominam sobre o tom geral de dramaticidade.

Das histórias, forçoso é destacar algumas que revelam melhor a natureza dramática de José Rodrigues Miguéis e confirmam a capacidade na captação do incidente, do momentâneo, características aliás do conto. São elas: “A Omelete sem Ovos”, “Gente de Terceira Classe”, “Silvestre, os Seus Amores”, “A Esquina do Vento”, “O Crime Perfeito” e “O Viajante Clandestino”.

Na primeira citada, depois de uma introdução tipicamente teatral, Rodrigues Miguéis, estabelece um longo diálogo, um homem e uma mulher, ambos já no outono da vida, discutindo sobre o que foram suas vidas no passado.

Interessa especialmente por parte dos dois a busca de certos fatores que justifiquem e compensem o sentido do seu viver. Sentimos nas duas criaturas, que o tempo já as aproximou o suficiente para que seu diálogo se torne o mais franco possível, conseqüência também da amizade que o autor estabelece entre elas.

Vale notar ainda nessas personagens que já viveram longo período da vida, Rodrigues Miguéis traduz, evidentemente (e não poderia ser de outra maneira), uma experiência profunda, onde realidade e ficção, dois aspectos importantíssimos destas narrativas, fundem-se na captação dos dramas humanos. Acrescente-se a isto a força indiscutível do autor de ver e narrar fatos de sua observação diária. Na narrativa “Gente da Terceira Classe”, pode-se notar perfeitamente, de um lado a preocupação de trazer problemas sociais das criaturas que viajam em um navio, de outro, a síntese, resultante dessa mesma experiência do escritor. O notável é o processo pelo qual Rodrigues Miguéis transmuda o real em ficção, nada perdendo em conteúdo literário e artístico.

Portanto nesta primeira narrativa, a visão do social e a integração do homem narrador nêle confere a êle esta atitude de simpatia humana. Claro está que num sentido amplo, em “Gente da Terceira Classe” domina o social, eis que o escritor se propõe a problemas de personagens na viagem do navio Arlanza. Então, neste caso parte-se da realidade que é a viagem para o ficcional criador.

“Silvestre, os Seus Amores” tem interesse particularmente pela análise psicológica de um tipo, que perdeu totalmente o sentido da

vida, e nisto reside o aspecto dramático: o homem literato, conhecedor das experiências literárias resulta num exemplar medíocre no sentir da vida, daí sua frustração e a sua mediocridade. Ressalte-se ainda nesta narrativa o domínio do diálogo por vészes de sentido pitoresco e humorístico. Sente-se o narrador a viver uma experiência humana através de sua personagem.

“A Esquina do Vento” nos apresenta uma atmosfera de sonho em que um pobre diabo deserdado da vida, inesperadamente entra em contacto com uma jovem vindo a significar para esta o preenchimento de um vazio nos seus anseios humanos. Relewa notar aqui a captação de um momento revelador dessa criatura humana, através do vagabundo, símbolo mesmo de seu ideal.

“O Crime Perfeito”, narrativa em primeira pessoa, revela o caráter de um homem dominado por uma paixão violenta, até o momento da consciencialização, conseqüência da riqueza espiritual da personagem, em que ela volta à vida normal, que resume para êle o verdadeiro sentido da vida. Elemento de destaque é a caracterização interior da personagem masculina e feminina, especialmente esta pela captação de certos meandros da alma humana.

Já “O Viajante Clandestino” nos traz inicialmente o panorama social sombrio de um navio e do cais, onde se destaca a figura de um desgraçado, prêso pelo fato de viajar clandestinamente num navio. Domina também a preocupação pelos fatos sociais, ao mesmo tempo que ocorre a simpatia do narrador por aquela criatura humana, através de uma série de peripécias. Revela-se ainda a grande dose de humanidade da parte do agente de policia que lhe permite a fuga para ter um Feliz Natal. A caracterização das personagens se faz aqui, antes através do diálogo que da análise do social.

Os outros contos que completam o livro confirmam essa identificação do artista com suas criaturas, derivando daí o interesse humano e a experiência no social, através dos humildes pertencentes à terceira classe da vida.

Rodrigues Miguéis revela-se assim nestas narrativas um dos mais poderosos ficcionistas na captação de momentos dramáticos das personagens, confirmando sua colocação na primeira linha dos autores em Literatura Portuguesa.

JOÃO DÉCIO

LÁFER, Celso — **O Judeu em Gil Vicente**. Conselho Estadual de Cultura — Coleção Ensaio — São Paulo, 1963, 115 pp.

Nascida há quatro séculos de distância no tempo, a obra vicentina ainda conserva aquela vitalidade criadora que vem servindo de

inesgotável fonte de pesquisa à crítica de todos os tempos. Mais uma prova dessa espantosa fertilidade artística e vivencial, é-nos oferecida agora nesta minuciosa análise crítica de Celso Láfer, realizada em torno da figura do judeu e publicada recentemente pelo Conselho Estadual de Cultura em sua Coleção Ensaio.

Refletindo uma identificação plena e uma profunda “simpatia” com a obra vicentina (condições sem as quais a Crítica torna-se estéril...) C. L. desenvolve um criterioso estudo que procurou “analisar o judeu tal qual aparece no contexto imaginário da obra de Gil Vicente” e “aferir a adequação entre esta transposição poética e o judeu empírico da época”, tendo como objetivo último enquadrar os seus resultados numa perspectiva histórico-cultural, para um “eventual e futuro exame da participação judaica na cultura luso-brasileira.” (p. 13).

Tendo, pois, em vista êsse triplice objetivo o Autor inicia o seu estudo pelo traçado das “coordenadas histórico-culturais” do problema focalizado. Para isso apóia-se em uma extensa bibliografia que nos dá bem a medida do critério com que foi feita a seleção dos fatos históricos ligados ao judeu, desde o seu estabelecimento na Península nos tempos salomônicos até a época em que viveu Gil Vicente, “época de transição entre a Idade Média e o Renascimento e início de uma transformação dêste último numa etapa política e econômica inadequada e historicamente sobrepujada”. (p. 23).

Do enquadramento histórico passa o Autor à explanação do “núcleo interpretativo” de seu estudo, isto é, a análise da posição de Gil Vicente frente ao judeu. Posição que reflete o complexo cultural da época e que oferece uma dualidade de aspectos: “Gil Vicente concebe dois mundos; o **sagrado** e o dos **homens**. No primeiro, o judeu não encontra espaço porque é religiosamente um ser imperfeito (“obras de devaçam”). No segundo, êle é: a) analisado como um dos elementos da sociedade portuguesa (farsas); b) defendido contra os ataques da intolerância pelo autêntico cristianismo de Gil Vicente (**Sermão de 1506 e Carta a D. João III**)” (p. 28).

Dos esclarecimentos acêrca das bases em que repousa o seu estudo, C. L. passa ao enfoque dos “modestos antecedentes (literários do judeu) a partir dos quais Gil Vicente erigiu a sua obra”; a fim de tornar bem clara a “importância e originalidade” que entraram “na criação do judeu literário” vicentino. Em seguida traça o paralelo indiscutível que se estabelece entre as “figuras bíblicas judias” como “parte integral do cristianismo” e como tais cobertas com o manto da santidade”. (p. 37); e “os judeus que vivem depois de Cristo, sem o ter alcançado e compreendido”, e nos quais a visão religio-

sa de Gil Vicente discernia “o estigma diabólico do deicídio” e a continuidade “dum pecar em outro pecar”. (p. 37).

Esclarecidas as diferenças básicas que distanciam, na obra vicentina, as “figuras bíblicas judias” de os judeus, o Autor inicia a análise pormenorizada e inteligente das personagens judias em **O Auto da Barca do Inferno** e em **O Diálogo sôbre a Ressurreição**, enfocando-as sob os mais diversos ângulos e chegando a conclusões largamente esclarecedoras para uma compreensão maior do pensamento vicentino. “E’ o caso, brilhante entre todos, da análise do bode trazido às costas pelo judeu no “Auto da Barca do Inferno”, que êle demonstra ser uma representação alegórica do seu duplo caráter, — ao mesmo tempo diabólico e sagrado para a mentalidade cristã medieval.” (p. 5). Endossando essa apreciação sintetizadora de Antônio Cândido, *exposta no Prefácio*, estamos crentes de que essa inteligente interpretação “do bode às costas do judeu”, que quer embarcar na Barca, é dos pontos altos do livro, no que se refere à capacidade intuitiva e analítica do Autor.

No capítulo IV é desenvolvida a “análise psico-social do judeu, feita por Gil Vicente em **Inês Pereira, Juiz da Beira e Auto da Lusitânia**”, correspondendo ela à visualização do judeu no mundo dos homens, como “um dos elementos da sociedade portuguesa” e portador “desvinculado das implicações religiosas do **mundo sagrado**.” (p. 59). Por essa análise, o Autor nos mostra a mútua influência exercida nos costumes e no folclore, entre judeus e portugueses, e que tão realisticamente foram captados por Gil Vicente.

Ainda nessa ordem de idéias, são focalizadas as agruras por que passavam os judeus cristãos-novos, elementos fronteiriços entre dois mundos e que o Mestre da Balança parece ter compreendido tão bem; a ponto de claramente colocar-se ao seu lado quando os mostra como vítimas de uma organização judiciária falha e arbitrária (p. 77). Encerra esta parte a análise dos três tipos judaicos oferecidos por Gil Vicente em **O Auto...**: a beleza mítica da mulher judia, incarnada em Lediça; a ternura e o bom-senso da mãe judia e os sonhos e frustrações do pai alfaiate. De onde deduz o Autor que o poeta-teatrólogo ao fazer análise escolhe tipos que “são frutos de uma realidade observada.” (p. 90).

Ainda no afã de fundamentar a sua tese acêrca da triplíce visão vicentina com relação ao judeu, (uma religiosa e duas humanas) C. L. sai da área pròpriamente literária de Gil Vicente e entra “nos dois únicos textos onde seu pensamento está, de per si, claramente manifestado: o **Sermão de 1506** e a **Carta a D. João III**”; procurando extrair dêles a posição oficial do teatrólogo português frente ao problema.

E essa posição é plenamente concordante com a que já fôra aprendida anteriormente em sua obra de criação e confirma amplamente as deduções analíticas a que já havia chegado o Autor, isto é, à “divisão tripartida da posição de Gil Vicente em relação ao judeu: a) “na perspectiva religiosa vicentina, o tipo judeu e a sua problemática são fruto de observação, reelaborada por uma “Weltanschauung” negativa”; b) “na perspectiva social, o tipo judeu é produto da realidade, sem conotações “a priori”; c) “na perspectiva oficial, Gil Vicente, seguindo a orientação da Igreja, defendeu, no mundo dos homens, a expectativa de direitos dos judeus ao mundo sagrado”. (p. 103).

Completado por uma criteriosa bibliografia, êste livro de estrea de Celso Láfer, estruturado de maneira excepcionalmente didática, apresenta-se como um precioso auxiliar para aquêles que, interessados na prodigiosa obra vicentina, procuram, pela interpretação crítica, penetrá-la mais a fundo.

NELLY NOVAES COELHO

WELLEK, René e WARREN, Austin — **Teoria da Literatura**. Publicações Europa América, Lisboa, 1963. Trad. de José Palla e Carmo, 386 pp.

Muito oportuna a iniciativa da Coleção Biblioteca Universitária, da editôra Publicações Europa América, de Lisboa, oferecendo aos estudiosos de literatura, a tradução portuguesa do livro de Wellek e Warren, **Theory of Literature**, o didático e fecundo estudo que, trilhando os mais recentes caminhos de teorização literária, contribuiu para a projeção de novas luzes sôbre os estudos literários e conseqüentemente sôbre os novos métodos de abordagem crítica. Reflete êle a nova tomada de posição frente à Literatura que os tempos modernos vem conhecendo.

Mudou o conceito de literatura, fatalmente mudariam os caminhos da crítica. E é justamente todos os complexos aspectos dessas transformações que nos oferecem Wellek e Warren em sua **Teoria da Literatura** e daí o interêsse que suscita. Publicado pela primeira vez em New York, em 1948, vinha êste livro sistematizar, ou mesmo, dar corpo a uma série de inovações filosóficas que se estavam configurando, desde o principio do século, no setor da Estética.

Sem estudarem objetivamente determinadas obras literárias, nem se preocuparem com as técnicas ou métodos da investigação erudita que imperavam então, Wellek e Warren, em seus estudos, mostram como conciliar a teoria literária e a crítica interpretativa-valorativa à história literária, pondo assim em contraste o que êles chamam de

“dinâmica” da literatura à sua parte “estática”: a teoria e o criticismo.

Dividido em quatro partes, o livro aborda, praticamente, todos os problemas atuais concernentes ao fenômeno literário e às suas possibilidades de estudo. Na primeira parte — **Definições e Distinções** —, subdividida em cinco capítulos, temos uma exposição clara, didática e ampla dos novos conceitos que envolvem a arte literária: natureza, função, campos de estudo, etc. E chegamos à nítida compreensão da importância assumida pela Teoria Literária frente à Crítica e à História Literária. “Tanto o criticismo literário como a história literária visam caracterizar a individualidade de uma obra, de um autor, de um período, de uma literatura nacional. Mas esta caracterização só em termos gerais e com base numa teoria literária pode ser realizada. A teoria da literatura, como um *organon* de métodos, é a grande necessidade da formação literária de hoje.” (p. 22).

Essa afirmação é, porém, completada pela valorização daquilo que deve ser o material básico dos estudos literários: o texto, pois já não podemos esquecer que “a teoria da literatura só se torna possível com base no estudo de obras literárias concretas. Não se podem alcançar *in vacuo* critérios, categorias e esquemas. Mas reciprocamente, também o criticismo ou a história não são possíveis sem um conjunto de questões, um conjunto de conceitos, alguns pontos de referência, algumas generalizações. (...) O processo é dialético, é uma interpenetração mútua da teoria e da prática.” (p. 49).

Na segunda parte — **Operações Preliminares** —, Weliek examina os aspectos mais importantes das investigações iniciais: a fixação do texto, as questões de cronologia, de autenticidade, de autoria, de revisão, etc., (operações de importância fundamental para o estudo crítico) salientando, entretanto, que apesar de “sua importância, deve reconhecer-se que estes tipos de estudo apenas representam os alicerces para uma análise e uma interpretação genuínas, assim como para uma explicação causal da literatura. Serão justificados pelo emprêgo que se fizer dos seus resultados.” (p. 85).

Ainda a êsse respeito, lembramo-nos do perigo que correm certos críticos eruditos, que ao se emaranharem na floresta de problemas que êsse tipo de investigação oferece, acabam perdendo de vista o principal: o valor intrínseco do texto como obra de arte, como realidade viva.

No capítulo, — **A Demanda Extrínseca do Estudo da Literatura** — os Autores examinam exaustivamente as relações da literatura com os seus fatores extrínsecos, através dos quais muitas vezes, erroneamente, ela costuma ser estudada. Analisando o valor e os pe-

rigos de se estudar criticamente uma obra através da **biografia** do autor ou da sua **psicologia**; através do **contexto social** em que foi engendrada ou então focalizando-se apenas a **estrutura filosófica** que lhe serve de base, Wellek e Warren deixam bem claro que, embora esses fatores periféricos possam ser causa remota ou próxima da obra literária e cada um deles possua o seu quinhão de influência na sua gestação, a verdade é que, se focalizados em estudos isolados ou em conjunto, por si só, eles nos darão no máximo a **gênese** da obra, jamais poderão explicar a sua essência verdadeira.

A essa essência só chegaremos através da lenta penetração no texto, ou melhor, por meio do **Estudo Intrínseco da Literatura** — objeto da análise final do livro e, na verdade, a mais importante para a execução do trabalho crítico. Partindo da discussão pormenorizada dos vários conceitos que tentaram até hoje definir o fenômeno literário, Wellek chega à conclusão de que “a obra literária aparece como um objeto de conhecimento **sui-generis** que tem uma categoria ontológica especial”.

“Não é real (como uma estátua), nem mental (como a experiência da luz ou da dor), nem ideal (como um triângulo). E’ um sistema de normas, de conceitos ideais, que são intersubjetivos. Devem ser tomados como existentes na ideologia coletiva, com ela evoluindo; acessíveis apenas através de experiências mentais individuais baseadas na estrutura sonora de suas orações.” (p. 193).

A partir dessa conceituação (cujo último período mereceria talvez mais ampla discussão), Wellek aponta os diferentes aspectos da obra literária que podem servir de campo à investigação crítica: “a estrutura, o signo e o valor”. Lembrando ainda que esses são “três aspectos do mesmo problema e não podem ser isolados senão artificialmente”, (p. 194) Wellek passa a analisar os vários extratos da obra literária: “o extrato sonoro, isto é, a eufonia, o ritmo e o metro”; o extrato lingüístico formal, isto é, “o estilo e a análise estilística”.

E’ Warren quem prossegue focalizando a importância da imagística na poesia: imagem, metáfora, símbolo e mito são esmiuçados em suas significações mais profundas e apontados como “os mais centralmente poéticos de todos os recursos estilísticos e o que carecem de discussão especial.” (p. 194).

Nos dois capítulos seguintes (XVI-XVII), Wellek procede a uma verdadeira dissecação analítica da “natureza e formas da ficção narrativa” e dos “gêneros literários”, exemplificando a primeira com o “mundo ficcional do romance (enrêdo, personagens, ambiente)” (p. 284) e limitando a segunda à colocação de uma série de problemas

que, uma vez resolvidos, darão resposta às questões levantadas em torno dos “gêneros” em literatura.

Nos dois últimos capítulos (XVIII-XIX), são abordados os critérios de valoração crítica e a possibilidade de realização de uma “história literária”, isto é, “uma coisa que seja simultaneamente literária e história” com suas características intrínsecas.

Julgamos, pois, que apesar de seus quinze anos de existência, a obra de Wellek e Warren, agora traduzida para a Coleção Universitária, é ainda de interesse atualíssimo, uma vez que continua oferecendo ao estudioso de literatura um esplêndido “instrumento de trabalho” que o ajudará, sem dúvida alguma, a penetrar mais profundamente nos textos, em busca daquela essência intrínseca que faz da palavra uma obra de arte. São estudos como êste de Wellek e Warren que ajudam a depurar e a enriquecer a intuição crítica, a fim de que ela possa afinal cumprir a alta missão interpretativa que lhe é própria.

NELLY NOVAES COELHO